Demonstrações Financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

Resultados

Prolagos 4T22 e 2022

23/02/2023

PROLAGOS

EBITDA aumenta 12,9% e atinge R$ 345,7 milhões em 2022

São Pedro da Aldeia, 23 de fevereiro de 2023. A Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia", "concessionária" ou "Prolagos"), presente em 5 municípios localizados na região dos Lagos, estado do Rio de Janeiro, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2022 ("4T22") e do ano de 2022 ("12M22"). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T22 e o quarto trimestre de 2021 ("4T21") e entre o 12M22 e o ano de 2021 ("12M21"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

DESTAQUES

- **Crescimento de 13,8% na Receita Líquida[1] no 4T22 em relação ao 4T21,** atingindo R$ 120,2 milhões. **No 12M22, a Receita Líquida alcançou R$ 470,5 milhões, 14,7% acima da verificada no ano anterior;**
- **EBITDA[2] atinge R$ 92,0 milhões no 4T22, um crescimento de 13,0%** comparado ao 4T21. **A margem EBITDA foi de 76,6%. No 12M22, o EBITDA atingiu R$ 345,7 milhões, crescimento de 12,9%,** com margem EBITDA de 73,5%;
- Para garantir a preservação de mananciais e do meio ambiente, a **Prolagos aderiu ao "Pacto pelas Águas", maior projeto de reposição florestal do Estado, onde será responsável pelo reflorestamento de 30 hectares de áreas degradadas no entorno da Bacia do Rio São João**. Também recebeu licença do Inea para a **implantação de mais 26 km de coletores de esgoto** em adição aos atuais 38 km de cinturão já implantados e operados pela Prolagos **na Lagoa de Araruama, investimento de R$ 50 milhões para proteger e preservar a maior laguna hipersalina em estado permanente do mundo.**

1 Valores não contemplam as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05).
2 Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

Mensagem da Administração

Com a expectativa de cerca de 1,5 milhão de pessoas para o Réveillon na Região dos Lagos e a permanência dos visitantes durante a alta temporada, o verão é a estação mais desafiadora para a Prolagos. O período exige preparação de operação para atender a população flutuante que vem à região no período de alta temporada e que praticamente triplica o número de usuários atendidos, se comparado à população residente nas cinco cidades atendidas pela concessionária.

Além da manutenção preventiva de todo o sistema e da conclusão de melhorias executadas ao longo do ano de 2022, a Prolagos promoveu campanha de conscientização para a população sobre armazenamento de água e consumo inteligente, veiculada na TV, jornais, sites, rádios e redes sociais.

Paralelamente à campanha de verão, e aproveitando o período de chegada de veranistas, foi realizada também campanha de renegociação de débitos que, em dois meses de veiculação, promoveu a renegociação de R$ 10,9 milhões.

Os investimentos em saneamento básico, a melhoria contínua da prestação dos serviços e as ações de responsabilidade socioambiental garantiram à Prolagos a conquista do troféu 'Quiron Bronze 2022' no Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS). Com a premiação, a concessionária se destaca no cenário nacional na categoria 'Compromisso com a Excelência', um reconhecimento ao trabalho de todos os colaboradores, que estão comprometidos com a gestão sustentável dos recursos hídricos, a melhoria contínua dos processos e com um atendimento de excelência aos clientes, levando mais desenvolvimento para as cidades e saúde e qualidade de vida para os moradores.

Outra conquista garantida pela concessionária foi o Prêmio de Voluntariado da Aegea. Pelo segundo ano consecutivo, os Agentes da Dignidade da empresa mostraram que estão no caminho certo para a construção de uma sociedade melhor. O grupo recebeu o reconhecimento devido ao 'Fluxo do Bem', uma campanha de arrecadação e doação de materiais de higiene pessoal e limpeza, alimentos não perecíveis e roupas em condições de uso imediato, para auxiliar moradores do Estado do Rio de Janeiro impactados pelo período de fortes chuvas no início do ano de 2022.

No 4º Prêmio Prolagos de Jornalismo Ambiental, a atuação da concessionária foi ressaltada nas matérias exibidas em TV, rádio, jornal impresso, web e fotografias, que contaram histórias de pessoas da região, mostrando como os investimentos em saneamento impactaram a vida dos moradores. Um dos destaques foi a reportagem exibida no Jornal Nacional, que mostra os reflexos do saneamento na melhoria do ecossistema da laguna de Araruama, com o retorno dos cavalos-marinhos, animais sensíveis à poluição.

O trabalho da Prolagos vai além de investir em saneamento, promovendo qualidade de

vida e assegurando um legado ambiental, de desenvolvimento sustentável, turismo e geração de renda para a população. O ano de 2022 termina com o sentimento de dever cumprido por executar um trabalho que é rapidamente adaptável ao crescimento temporário da população, no verão, e que colabora diariamente com a recuperação ambiental da maior laguna hipersalina em estado permanente do mundo.

A Administração

Destaques Financeiros

Destaques Financeiros (´000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Receita operacional líquida[1]	**120.189**	**105.651**	**13,8%**	**470.510**	**410.361**	**14,7%**
Receita de água e esgoto	137.076	119.892	14,3%	533.773	462.125	15,5%
Deduções da receita	(16.887)	(14.241)	18,6%	(63.263)	(51.764)	22,2%
Custos e despesas operacionais[2]	**(28.155)**	**(24.201)**	**16,3%**	**(124.784)**	**(104.039)**	**19,9%**
EBITDA	**92.034**	**81.450**	**13,0%**	**345.726**	**306.322**	**12,9%**
Margem EBITDA	**76,6%**	**77,1%**	**-0,5 p.p.**	**73,5%**	**74,6%**	**-1,2 p.p.**
Resultado Financeiro	(22.436)	(19.094)	17,5%	(83.171)	(68.079)	22,2%
Lucro Líquido	**38.027**	**34.575**	**10,0%**	**139.955**	**125.929**	**11,1%**

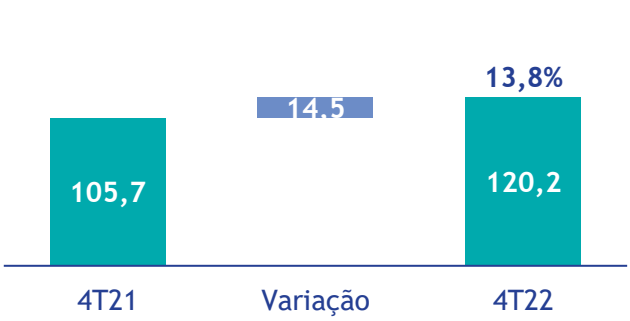
Receita Líquida

No 4T22, a receita operacional líquida[1] atingiu R$ 120,2 milhões, um aumento de 13,8% em relação ao 4T21. O principal fator que contribuiu para esse desempenho foi o reajuste tarifário anual ordinário de 10,0% ocorrido em janeiro e a antecipação do reajuste 2023, de 11,3%, aplicado em dezembro, além do aumento de 2,5% no volume faturado.

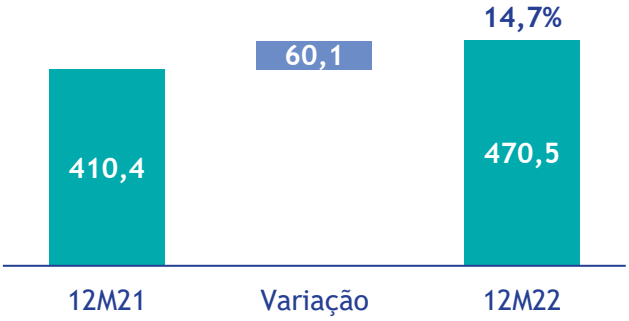
No 12M22, a receita operacional líquida atingiu 470,5 milhões, um aumento de 14,7% em relação ao mesmo período de 2021. Esse crescimento é devido, principalmente, aos eventos elencados anteriormente.

Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução da receita líquida entre o 4T21 e o 4T22 (R$ milhões)



Evolução da receita líquida entre o 12M21 e o 12M22 (R$ milhões)



1 Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa no montante de R$ 14,4 milhões no 4T21 e R$ 29,0 milhões no 4T22 e R$ 43,2 milhões no 12M21 e R$ 85,6 milhões no 12M22.
2 Valores não contemplam os custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05) e exclui os efeitos de amortização e depreciação.

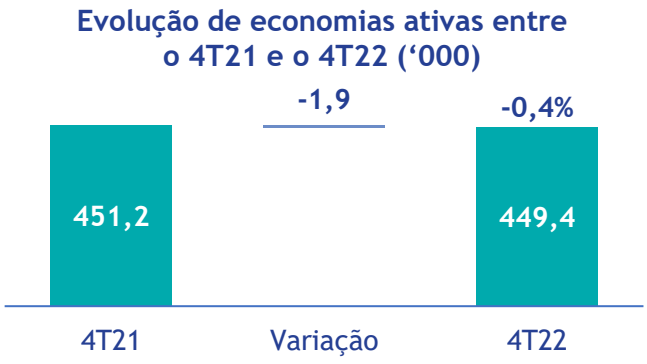
Economias Ativas[1]

No 4T22, a Companhia registrou 449,4 mil economias ativas, uma redução de 0,4% em relação ao 4T21. A redução da base de clientes está associada à intensificação dos cortes no trimestre, como medida para redução da inadimplência.

Se consideradas as economias totais, a Prolagos apresentou um crescimento de 4,0% em relação ao 4T21.

Economias ativas	4T22	4T21	Δ %
Água	224.685	226.332	-0,7%
Esgoto	224.685	224.913	-0,1%
Total	**449.370**	**451.245**	**-0,4%**

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das economias ativas entre os períodos analisados:



Volume faturado

No 4T22, o volume faturado total atingiu 8.212 mil m³, um aumento de 2,5% em relação ao 4T21 devido ao maior consumo observado nos clientes residenciais e públicos, relacionado principalmente, com o início da alta temporada, com o verão 2022/2023 sendo o primeiro pós-pandemia.

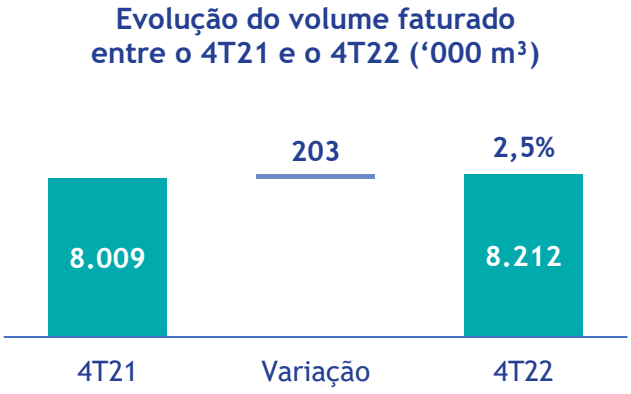
No 12M22, o volume faturado total atingiu 32.951 mil m³, um aumento de 3,3% em relação ao 12M21 devido ao maior consumo observado nos clientes residenciais e públicas.

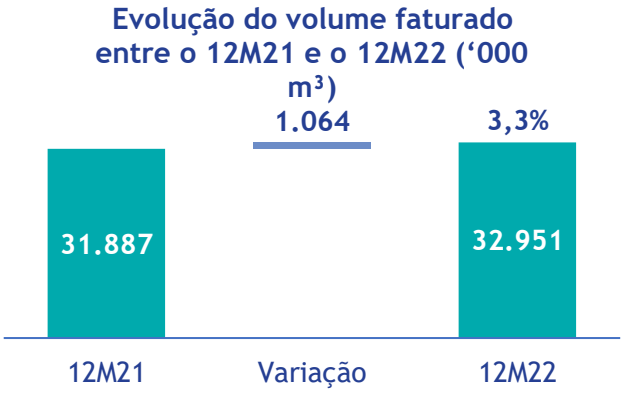
A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Volume faturado ('000 m³)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Água	8.212	8.009	2,5%	32.951	31.887	3,3%
Total	**8.212**	**8.009**	**2,5%**	**32.951**	**31.887**	**3,3%**

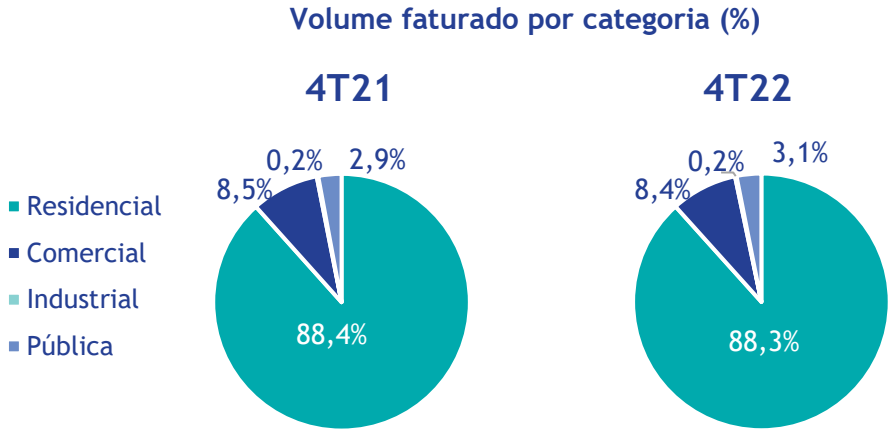
1 Economias: Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:





O gráfico a seguir demonstra o volume faturado de água por categoria. A maior concentração de clientes permanece no segmento residencial, responsável por 88,3% do faturamento.



Custos e Despesas

No 4T22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 28,2 milhões, um crescimento de 16,3% na comparação com o 4T21. Esse crescimento é resultado, principalmente, do aumento dos custos e despesas com pessoal, PECLD e locação, parcialmente compensados por reversões de provisões tributárias.

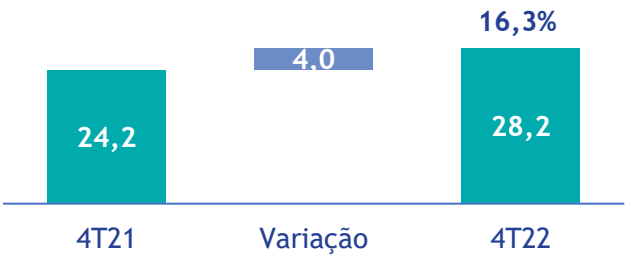
No 12M22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R$ 124,8 milhões, um crescimento de 19,9% na comparação com o 12M21. Esse crescimento é resultado, principalmente, dos eventos destacados no trimestre, além do aumento nos gastos com energia elétrica.

Na tabela a seguir detalhamos as variações das linhas de custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

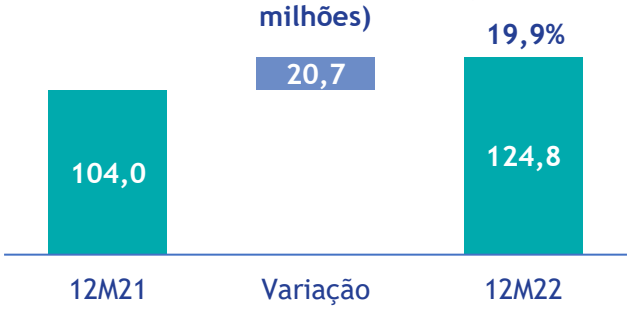
Custos e Despesas ('000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Pessoal	(6.215)	(4.912)	26,5%	(25.391)	(22.282)	14,0%
Serviços de terceiros	(10.073)	(11.959)	-15,8%	(37.496)	(38.823)	-3,4%
Conservação e manutenção	(2.872)	(1.138)	152,4%	(6.307)	(4.223)	49,3%
Materiais, equipamentos e veículos	(571)	(594)	-3,9%	(2.820)	(2.874)	-1,9%
Custo de concessão	(434)	(510)	-14,9%	(2.127)	(1.987)	7,0%
Energia Elétrica	(5.101)	(5.808)	-12,2%	(23.744)	(22.418)	5,9%
Produtos químicos	(357)	(891)	-59,9%	(4.070)	(3.314)	22,8%
PECLD	(810)	2.795	-129,0%	(9.477)	(1.258)	653,3%
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	2.268	(302)	-851,0%	(949)	(1.559)	-39,1%
Locação	(2.793)	(1.038)	169,1%	(8.995)	(4.816)	86,8%
Outros	(1.197)	156	-867,3%	(3.408)	(485)	602,7%
Subtotal	**(28.155)**	**(24.201)**	**16,3%**	**(124.784)**	**(104.039)**	**19,9%**
Depreciação e Amortização	(13.740)	(11.893)	15,5%	(53.958)	(49.273)	9,5%
Total	**(41.895)**	**(36.094)**	**16,1%**	**(178.742)**	**(153.312)**	**16,6%**

Os gráficos a seguir apresentam a evolução dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução dos custos e despesas entre o 4T21 e o 4T22 (R$ milhões)



Evolução dos custos e despesas entre o 12M21 e o 12M22 (R$ milhões)

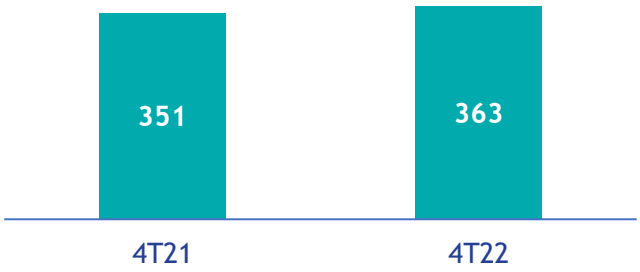


- **Pessoal:**

No 4T22, os custos e despesas com pessoal totalizaram R$ 6,2 milhões, um aumento de 26,5% em comparação com o 4T21 devido ao dissídio ocorrido em junho. No 12M22, os custos e despesas com pessoal totalizaram R$ 25,4 milhões, um aumento de 14,4% quando comparado ao 12M21 devido ao mesmo evento do trimestre, além do aumento no quadro de colaboradores.

A Companhia encerrou o 4T22 com 363 colaboradores ativos, um acréscimo de 12 colaboradores em relação ao 4T21.

Evolução do quadro de colaboradores totais entre o 4T21 e o 4T22



- **Energia:**

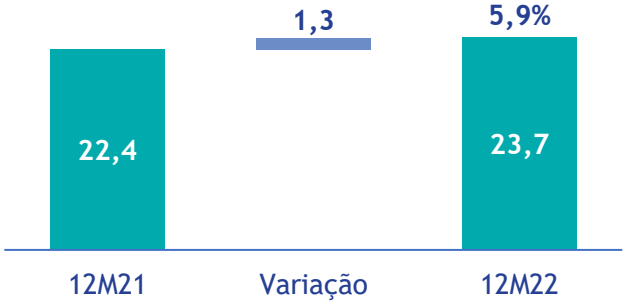
No 4T22, os gastos com energia elétrica totalizaram R$ 5,1 milhões, uma redução de 12,2% na comparação com o 4T21 devido, principalmente, da estratégia da Companhia de aumentar o volume de energia contratado no Mercado Livre.

No 12M22, os gastos com energia elétrica totalizaram R$ 23,7 milhões, um crescimento de 5,9% na comparação com o 12M21 devido, principalmente, à bandeira tarifária de escassez hídrica, ao aumento nos encargos e ao reajuste tarifário ocorrido no período. Cabe ressaltar que tais eventos foram parcialmente compensados pela contratação de energia em Mercado Livre, que passou de 67% no 12M21 para 72,1% no 12M22.

A seguir, a evolução dos custos e despesas com energia elétrica entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução dos custos e despesas com energia elétrica entre o 4T21 e o 4T22 (R$ milhões)

Evolução dos custos e despesas com energia elétrica entre o 12M21 e o 12M22 (R$ milhões)



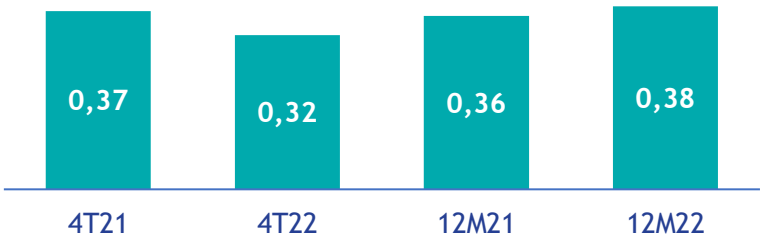
No 4T22, o consumo unitário de energia apresentou um crescimento de 5,2% comparado ao 4T21 e encerrou o trimestre em 0,58 kWh/m³. Esse crescimento é devido aos ajustes operacionais, principalmente aumento de pressão e vazão, para atender o maior fluxo de pessoas durante a alta temporada. No 12M22, o consumo unitário de energia apresentou um crescimento de 5,1% comparado ao 12M21 e encerrou o ano em 0,59 kWh/m³ devido ao fator apresentado anteriormente.

Consumo específico de energia (kWh/m³)

No 4T22, o custo unitário de energia elétrica[1] foi de R$ 0,32/m³, uma redução de 15,6%. No 12M22, os custos e despesas unitários de energia elétrica foram de R$ 0,38/m³, um crescimento de 5,3% devido ao impacto da bandeira tarifária de escassez hídrica, que esteve em vigor até maio de 2022.

1 A base para o cálculo do custo unitário (R$/m3) inclui somente os custos de energia elétrica para produção de água e para tratamento de esgoto, e exclui despesas de energia administrativos.

Custo unitário de energia elétrica (R$/m³)



- **Serviços de terceiros**

No 4T22, os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R$ 10,1 milhões, uma redução de 15,8% comparado ao 4T21. A redução dos custos e despesas está relacionado à redução de custos com destinação final do lodo. No 12M22, os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R$ 37,5 milhões, uma redução de 3,4% comparado ao 12M21, essa redução está relacionada ao evento apresentado anteriormente.

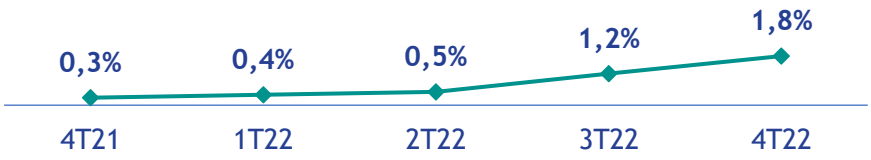
- **Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD**

No 4T22, as despesas com PECLD totalizaram R$ 0,8 milhões, um crescimento de R$ 3,6 milhões na comparação com o mesmo trimestre de 2021, como resultado do maior faturamento do período e, consequentemente, da maior provisão realizada, além de baixas relacionadas à negociação de débitos parcelados. Esses valores foram parcialmente compensados pela revisão dos índices de inadimplência e pelo volume superior de renegociações no âmbito do programa Feirão Conta em Dia. No 12M22, as despesas com PECLD totalizam R$ 9,5 milhões, um crescimento de R$ 8,2 milhões quando comparado ao 12M21 devido, principalmente, aos mesmos fatores que impactaram o trimestre.

Inadimplência[1]

No período acumulado dos últimos doze meses findos no 4T22, a inadimplência foi de 1,8%, um crescimento de 1,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento desse indicador é decorrente do maior volume de baixas relacionadas à negociação de débitos parcelados no 4T22.

Inadimplência UDM

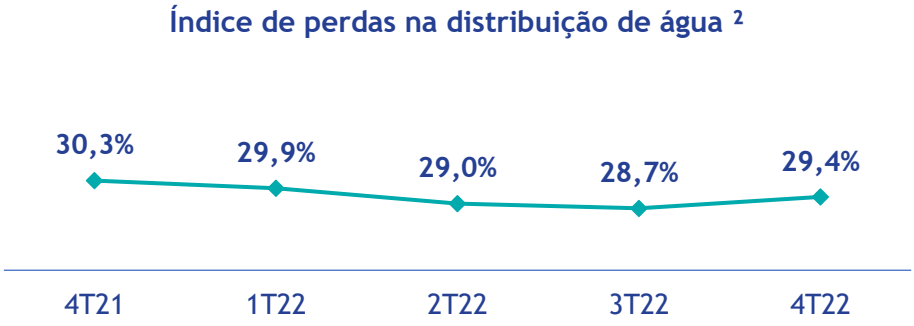


1 Cálculo da inadimplência: Despesas de PECLD / receita bruta excluídos cancelamentos

Índice de perdas na distribuição de água[1]

No 4T22, o índice de perdas da Prolagos foi de 29,4%, uma redução de 1,1 p.p. na comparação com o 4T21, devido, principalmente, à revisão das perdas junto à agência regulador, em determinadas áreas atendidas pela Companhia, e aos resultados do programa "Operação Caça Vazamentos.

A seguir, a evolução do índice de perdas da concessionária:



EBITDA

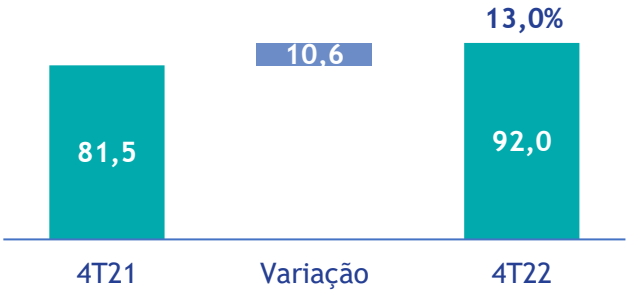
No 4T22, o EBITDA foi de R$ 92,0 milhões, um aumento de 13,0% na comparação com o 4T21, decorrente do reajuste tarifário e do maior volume faturado. A Margem EBITDA do 4T22 ficou em 76,6%.

No 12M22, o EBITDA foi de R$ 345,7 milhões, um aumento de 12,9% quando comparado ao 12M21 devido aos fatores elencados no trimestre. A Margem EBITDA do 12 M22 ficou em 73,5%.

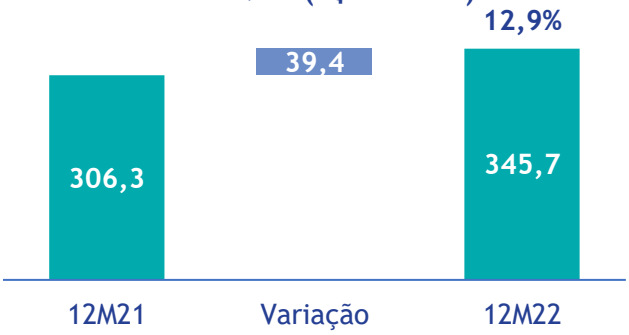
EBITDA (´000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Lucro Líquido	**38.027**	**34.575**	**10,0%**	**139.955**	**125.929**	**11,1%**
(+) Resultado Financeiro	22.436	19.094	17,5%	83.171	68.079	22,2%
(+) Imposto sobre Lucro	17.831	15.888	12,2%	68.642	63.041	8,9%
(+) Depreciação e Amortização	13.740	11.893	15,5%	53.958	49.273	9,5%
EBITDA	**92.034**	**81.450**	**13,0%**	**345.726**	**306.322**	**12,9%**
Margem EBITDA	**76,6%**	**77,1%**	**-0,5 p.p.**	**73,5%**	**74,6%**	**-1,2 p.p.**

1 Índice de perdas na distribuição (%) = (Vol. Água produzido (m3) – Vol. Água serviço – vol. Água consumido (m3)/Vol. Água produzido (m3)
2 O índice de perdas na distribuição de água dos períodos encerrados no 1T22, 2T22 e 3T22 foram reapresentados devido ao ajuste na metodologia de apuração do indicador acordado com agência reguladora

Evolução do EBITDA entre o 4T21 e o 4T22 (R$ milhões)



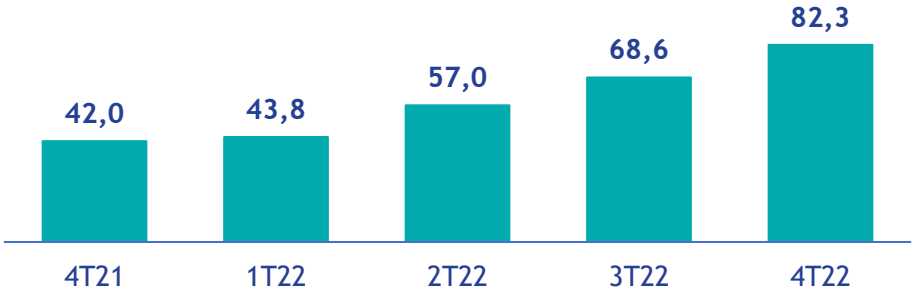
Evolução do EBITDA entre o 12M21 e o 12M22 (R$ milhões)



CAPEX

No período acumulado de 12 meses findos no 4T22, a Companhia realizou R$ 82,3 milhões em investimentos, um aumento de R$ 40,3 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior, resultado dos investimentos na expansão da cobertura de esgoto e na eficiência nas operações de água, principalmente abastecimento e redução das perdas. Em 2022, foram iniciadas: i) obra de expansão da ETA Juturnaíba: ii) extensões de rede em vários trechos da concessão; iii) obras de melhoria nas adutoras; e iii) a etapa final do cinturão de coletor de esgoto para proteção da Lagoa de Araruama.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R$ milhões)



Endividamento

A Companhia registrou R$ 450,0 milhões de dívida bruta no 4T22, uma redução de 4,2% em relação ao 4T21, decorrente, principalmente, das amortizações no período. O saldo de caixa e equivalentes e de aplicações financeiras somou R$ 103,1 milhões, uma redução de 39,7% comparado ao 4T21.

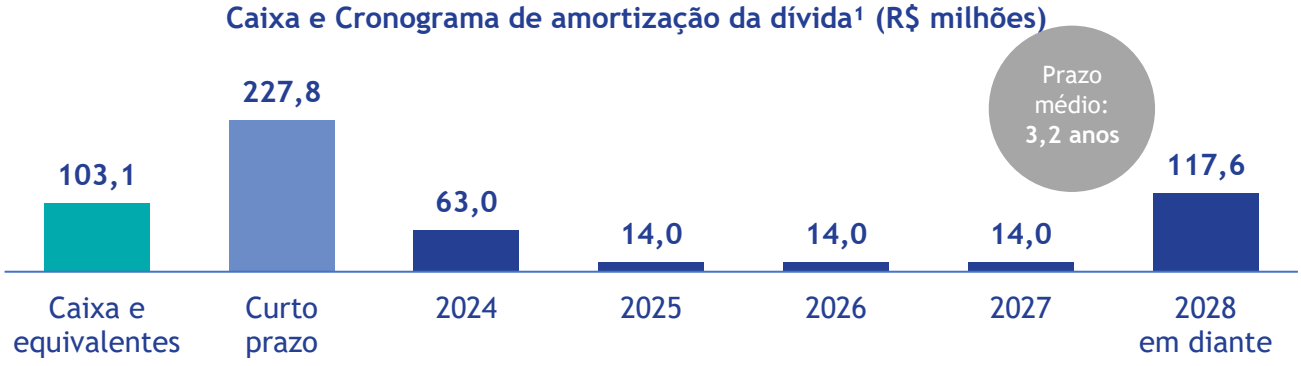
A dívida líquida totalizou R$ 346,9 milhões, um crescimento de 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA acumulado nos últimos doze meses findos no 4T22 foi de R$ 345,7 milhões, um crescimento de 12,9% na comparação com o mesmo período de 2021. A alavancagem da Companhia, medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 1,00x.

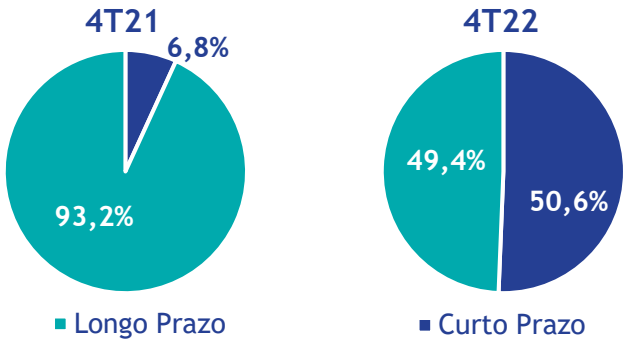
Endividamento (R$ milhares)	4T22	4T21	Δ %
Dívida Líquida	**346.860**	**298.608**	**16,2%**
(+) Dívida Bruta	449.950	469.706	-4,2%
(-) Caixa e Disponibilidades	(103.090)	(171.098)	-39,7%
EBITDA (12 meses)	**345.726**	**306.322**	**12,9%**
Dívida Líquida / EBITDA	**1,00x**	**0,97x**	**0,03x**

No período encerrado em dezembro de 2022, o prazo médio da dívida da Prolagos era de 3,2 anos. A dívida de curto prazo representava 50,6% do endividamento total, conforme demonstrado nos gráficos a seguir, sendo que R$ 154,9 milhões corresponde à 5ª emissão de debêntures, com vencimento no segundo semestre de 2023, no mês de outubro.

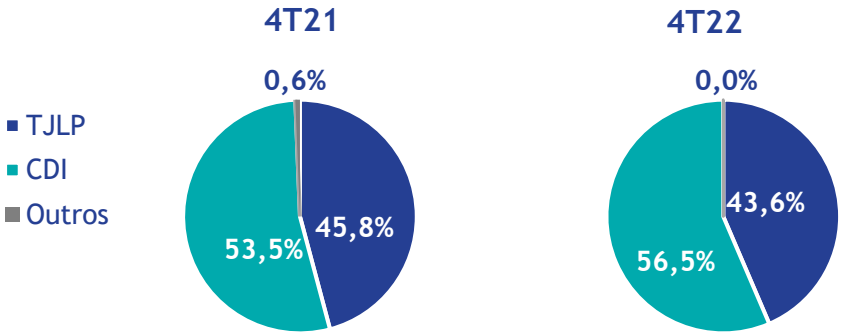
Caixa e Cronograma de amortização da dívida[1] (R$ milhões)



Distribuição da dívida (%)



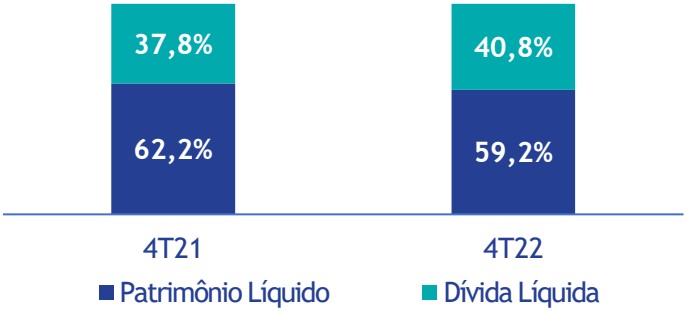
Endividamento bruto por indexador (%)



O custo médio da dívida da Prolagos ficou em CDI + 0,4%. Em taxa pré-fixada, o custo da Dívida foi de 14,1% no 4T22 versus 10,3% no 4T21.

Custo Médio da Dívida CDI+ (% a.a.)

Estrutura de Capital



Declaração do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03

Os auditores independentes (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em dezembro de 2022, para prestar serviço de asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade ano-base 2022, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguração NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguração de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado em prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R$ 103.000,00, representando cerca de 2,11% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de asseguração limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

ANEXOS

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial (valores R$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	**239.546**	**288.201**
Caixa e equivalentes de caixa	4.761	7.626
Aplicações financeiras	86.823	150.823
Contas a receber de clientes	141.873	123.871
Estoques	4.552	3.517
Tributos a recuperar	181	530
Outros créditos	1.356	1.834
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**819.126**	**780.579**
Aplicações financeiras	11.506	12.649
Contas a receber de clientes	67.640	66.616
Tributos a recuperar	29	29
Depósitos judiciais	30.453	25.691
Outros créditos	375	4
Imobilizado	3.417	2.874
Ativo de contrato da concessão	55.904	26.440
Intangível	649.802	646.276
TOTAL ATIVO	**1.058.672**	**1.068.780**
PASSIVO CIRCULANTE	**282.845**	**84.039**
Fornecedores e empreiteiros	24.341	22.626
Financiamentos e debêntures	227.826	32.137
Obrigações trabalhistas e sociais	6.131	5.727
Obrigações fiscais	5.465	4.076
Imposto de renda e contribuição social	16.072	16.919
Outras contas a pagar	3.010	2.554
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**272.590**	**494.383**
Fornecedores e empreiteiros	8.285	8.421
Financiamentos e debêntures	222.124	437.569
Passivo fiscal diferido	31.539	33.443
Provisões	10.311	14.556
Outras contas a pagar	331	394
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**503.237**	**490.358**
Capital social	376.353	376.353
Custo com emissão de novas ações	(13.030)	(13.030)
Reservas de lucros	139.914	127.035
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.058.672**	**1.068.780**

Demonstração do Resultado (valores R$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	**619.328**	**505.345**
Receita direta	533.773	462.125
Receita de construção ativo intangível	85.555	43.220
Deduções da receita bruta	(63.263)	(51.764)
Receita operacional líquida	**556.065**	**453.581**
Custos dos serviços prestados	**(201.769)**	**(149.656)**
Custos operacionais	(116.214)	(106.436)
Custos de Construção ativo intangível	(85.555)	(43.220)
Despesas Operacionais	**(62.528)**	**(46.876)**
Gerais e administrativas	(62.640)	(46.892)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	112	16
Resultado operacional	**291.768**	**257.049**
Resultado financeiro	(83.171)	(68.079)
Imposto de renda e contribuição social	(68.642)	(63.041)
Resultado do Período	139.955	125.929

Demonstração do Fluxo de Caixa (valores R$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos	**208.597**	**188.970**
Ajustes para:	**101.585**	**75.719**
Amortização e depreciação	53.958	49.273
Resultado na baixa de intangível	39	446
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	949	1.559
(Reversão) Provisão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(566)	4.553
Baixa (Recuperação) de títulos do contas a receber	10.043	(3.295)
Rendimentos de aplicações financeiras	(25.125)	(12.007)
Encargos sobre financiamentos e debêntures	54.991	35.326
Amortização custo de captação	2.524	3.148
Ajuste a valor presente de clientes	4.884	(3.491)
Atualização monetária de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	(112)	207
Variações nos ativos e passivos	**(41.691)**	**(40.056)**
(Aumento) / Diminuição dos ativos	**(39.198)**	**(40.055)**
Contas a receber de clientes	(33.387)	(32.338)
Estoques	(1.035)	(2.043)
Tributos a recuperar	(121)	269
Depósitos judiciais	(4.762)	(5.748)
Outros créditos	107	(195)
Aumento / (Diminuição) dos passivos	**(2.493)**	**(1)**
Fornecedores e empreiteiros	1.579	1.433
Obrigações trabalhistas e sociais	404	1.134
Obrigações fiscais	1.389	217
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	(5.082)	(2.063)
Outras contas a pagar	(783)	(722)
Juros pagos	(49.879)	(33.172)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(65.918)	(41.241)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**152.694**	**150.220**
Aplicações financeiras, líquidas	64.706	79.874
Juros recebidos	20.557	7.830
Aquisição de imobilizado	(799)	(712)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(82.288)	(41.316)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**2.176**	**45.676**
Custo na captação de financiamentos e debêntures	-	(464)
Financiamentos e debêntures pagas	(30.659)	(103.845)
Recursos provenientes de aporte de capital	-	121.312
Custo de emissão de novas ações	-	(8.592)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(127.076)	(200.366)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(157.735)**	**(191.955)**
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.865)	3.941
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.626	3.685
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.761	7.626
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.865)	3.941

PROLAGOS

Relações com Investidores
ri@aegea.com.br
+55 11 3818-8150
https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/prolagos/

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 7
Demonstração do resultado 8
Demonstração do resultado abrangente 9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....10
Demonstração do fluxo de caixa.....11
Demonstração do valor adicionado.....12
Notas explicativas às demonstrações financeiras 13

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
São Pedro da Aldeia – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.h., 3.j., 8 e 9.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.h., 3.j., 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.761	7.626
Aplicações financeiras	5	86.823	150.823
Contas a receber de clientes	6	141.873	123.871
Estoques		4.552	3.517
Tributos a recuperar		181	530
Outros créditos		1.356	1.834
Total do ativo circulante		239.546	288.201
Aplicações financeiras	5	11.506	12.649
Contas a receber de clientes	6	67.640	66.616
Tributos a recuperar		29	29
Depósitos judiciais	12	30.453	25.691
Outros créditos		375	4
Total do realizável a longo prazo		110.003	104.989
Imobilizado		3.417	2.874
Ativo de contrato da concessão	8	55.904	26.440
Intangível	9	649.802	646.276
Total do ativo não circulante		819.126	780.579
Total do ativo		1.058.672	1.068.780

Passivo	**Nota**	**2022**	**2021**
Fornecedores e empreiteiros	10	24.341	22.626
Financiamentos e debêntures	11	227.826	32.137
Obrigações trabalhistas e sociais		6.131	5.727
Obrigações fiscais		5.465	4.076
Imposto de renda e contribuição social		16.072	16.919
Outras contas a pagar		3.010	2.554
Total do passivo circulante		282.845	84.039
Fornecedores e empreiteiros	10	8.285	8.421
Financiamentos e debêntures	11	222.124	437.569
Passivo fiscal diferido	17 b.	31.539	33.443
Provisões	12	10.311	14.556
Outras contas a pagar		331	394
Total do passivo não circulante		272.590	494.383
Total do passivo		555.435	578.422
Patrimônio líquido	13		
Capital social		376.353	376.353
Custo com emissão de novas ações		(13.030)	(13.030)
Reservas de lucros		139.914	127.035
Total do patrimônio líquido		503.237	490.358
Total do passivo e patrimônio líquido		1.058.672	1.068.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	14	556.065	453.581
Custos dos serviços prestados	15	(201.769)	(149.656)
Lucro bruto		354.296	303.925
Despesas administrativas e gerais	15	(62.640)	(46.892)
Outras receitas operacionais		114	108
Outras despesas operacionais		(2)	(92)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		291.768	257.049
Receitas financeiras	16	27.854	12.731
Despesas financeiras	16	(111.025)	(80.810)
Resultado financeiro		(83.171)	(68.079)
Resultado antes dos tributos		208.597	188.970
Imposto de renda e contribuição social	17 a.	(68.642)	(63.041)
Lucro líquido do exercício		139.955	125.929
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R$)	20	0,41	0,38
Lucro por ação - Diluído (em R$)	20	0,41	0,38
Quantidade média de ações		342.985.643	329.691.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	139.955	125.929
Resultado abrangente total	139.955	125.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Custos de captação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1° de janeiro de 2021		255.041	-	36.688	1.275	85.939	-	378.943
Aumento de capital social		121.312	-	-	-	-	-	121.312
								-
Custo de emissão de novas ações		-	(13.030)	-	-	-	-	(13.030)
								-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	125.929	125.929
								-
Destinação:								-
Reserva legal	13 b.	-	-	6.296	-	-	(6.296)	-
Dividendos intermediários	13 d.	-	-	-	-	(37.796)	-	(37.796)
Dividendos intercalares	13 d.	-	-	-	-	-	(85.000)	(85.000)
Reserva estatutária	13 c.	-	-	-	346	-	(346)	-
Lucros retidos	13 e.	-	-	-	-	34.287	(34.287)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		376.353	(13.030)	42.984	1.621	82.430	-	490.358
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	139.955	139.955
Destinação:								
Reserva legal	13 b.	-	-	6.998	-	-	(6.998)	-
Dividendos intermediários	13 d.	-	-	-	-	(82.430)	-	(82.430)
Dividendos intercalares	13 d.	-	-	-	-	-	(44.646)	(44.646)
Reserva estatutária	13 c.	-	-	-	261	-	(261)	-
Lucros retidos	13 e.	-	-	-	-	88.050	(88.050)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		376.353	(13.030)	49.982	1.882	88.050	-	503.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		208.597	188.970
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	15	53.958	49.273
Resultado na baixa de intangível	9	39	446
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	12 e 15	949	1.559
(Reversão) Provisão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	6 e 15	(566)	4.553
Baixa (Recuperação) de títulos do contas a receber	6 e 15	10.043	(3.295)
Rendimentos de aplicações financeiras	16	(25.125)	(12.007)
Encargos sobre financiamentos e debêntures	11 e 16	54.991	35.326
Amortização custo de captação	11	2.524	3.148
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 16	4.884	(3.491)
Atualização monetária de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais		(112)	207
		310.182	264.689
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(33.387)	(32.338)
Estoques		(1.035)	(2.043)
Tributos a recuperar		(121)	269
Depósitos judiciais		(4.762)	(5.748)
Outros créditos		107	(195)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		1.579	1.433
Obrigações trabalhistas e sociais		404	1.134
Obrigações fiscais		1.389	217
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	12	(5.082)	(2.063)
Outras contas a pagar		(783)	(722)
Juros pagos	11	(49.879)	(33.172)
Imposto de renda e contribuição social pagos	17 a.	(65.918)	(41.241)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		152.694	150.220
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		64.706	79.874
Juros recebidos		20.557	7.830
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(82.288)	(41.316)
Aquisição de imobilizado		(799)	(712)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		2.176	45.676
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Custo na captação de financiamentos e debêntures	11	-	(464)
Financiamentos e debêntures pagas	11	(30.659)	(103.845)
Recursos provenientes de aporte de capital		-	121.312
Custo de emissão de novas ações		-	(8.592)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(127.076)	(200.366)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(157.735)	(191.955)
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(2.865)	3.941
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	7.626	3.685
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	4.761	7.626
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(2.865)	3.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Receitas	604.703	490.963
Serviços	518.468	452.188
Receita de construção	85.555	43.220
Outras receitas	114	108
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	566	(4.553)
Insumos adquiridos de terceiros	(234.986)	(165.418)
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(85.555)	(43.220)
Custos dos serviços prestados	(48.276)	(44.616)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(101.155)	(77.582)
Valor adicionado bruto	369.717	325.545
Amortização e depreciação	(53.958)	(49.273)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	315.759	276.272
Valor adicionado recebido em transferência	27.854	12.731
Receitas financeiras	27.854	12.731
Valor adicionado total a distribuir	343.613	289.003
Distribuição do valor adicionado	343.613	289.003
Pessoal	21.932	19.982
Remuneração direta	13.860	12.918
Benefícios	7.004	6.163
F.G.T.S	1.068	901
Impostos, taxas e contribuições	116.976	102.585
Impostos federais	116.665	102.360
Impostos estaduais	39	3
Impostos municipais	272	222
Remuneração de capitais de terceiros	64.750	40.507
Juros	55.755	35.691
Aluguéis	8.995	4.816
Remuneração de capitais próprios	139.955	125.929
Dividendos	44.646	85.000
Lucros acumulados	95.309	40.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") desde 11 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão nº 04/96, contrato este em vigência, com prazo de encerramento previsto para maio de 2041. O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

2. **Base de preparação**--Continuação

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 9);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa n° 12);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 14); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 17).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*
A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*
A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*
A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

  Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

  São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Mensuração subsequente-Continuação

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Desreconhecimento--Continuação

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de clientes.

c) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 18.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

f) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período de tempo entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

g) Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “j”. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

i) Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre prestações de serviços

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

j) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura recebida e/ou construída não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

k) Capitalização dos custos dos financiamentos e debêntures

Os custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

l) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Resultado por ação básico e diluído

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 -Ativo Biológico e Produto Agrícola)

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	14	20
Bancos conta movimento	4.747	7.606
	4.761	7.626

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	75.391	130.648
Fundo de Investimento Safira	22.938	32.824
	98.329	163.472
Circulante	86.823	150.823
Não circulante	11.506	12.649

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB e do fundo de investimento é em média 103,07% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (97,64% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A carteira dos fundos de investimentos onde a Companhia detém cotas, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM.

5. Aplicações financeiras--Continuação

O montante apresentado no ativo não circulante, é mantido para cumprimento de obrigações da companhia, relacionadas a financiamentos, os quais possuem cláusulas contratuais determinando que a companhia mantenha em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo que corresponda o equivalente a, pelo menos, 3 contraprestações mensais.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 18 - Instrumentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Serviços de água e esgoto	233.939	217.101
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	15.792	14.170
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(40.218)	(40.784)
	209.513	190.487
Circulante	141.873	123.871
Não circulante	67.640	66.616

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

		Saldos vencidos					
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**De 366 a 730 dias**	**Mais de 731 dias**	**Total**	**Total em 2022**
Residencial	32.681	38.875	19.675	-	-	58.550	91.231
Comercial	8.125	6.023	3.786	-	-	9.809	17.934
Industrial	105	78	12	-	-	90	195
Setor público	2.849	1.407	547	702	-	2.656	5.505
Subtotal consumidores	43.760	46.383	24.020	702	-	71.105	114.865
Renegociações *(i)*	104.937	8.221	3.752	2.110	54	14.137	119.074
	148.697	54.604	27.772	2.812	54	85.242	233.939

		Saldos vencidos					
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**De 366 a 730 dias**	**Mais de 731 dias**	**Total**	**Total em 2021**
Residencial	28.773	32.810	18.118	-	-	50.928	79.701
Comercial	6.768	6.167	3.179	-	-	9.346	16.114
Industrial	99	163	15	-	-	178	277
Setor público	2.725	2.497	338	330	-	3.165	5.890
Subtotal consumidores	38.365	41.637	21.650	330	-	63.617	101.982
Renegociações *(i)*	100.960	7.174	3.771	2.902	312	14.159	115.119
	139.325	48.811	25.421	3.232	312	77.776	217.101

6. **Contas a receber de clientes**--Continuação

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2022 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 13.350 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 6,18% a.a. (R$ 8.466 e 4,29% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R$ 4.884 de ajuste a valor presente (R$ 3.491 de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2021).

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		Resultado		
Natureza	**Saldo em 2021**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2022**
Privado *(ii)*	(14.489)	(38.998)	30.614	(22.873)
Público	(1.001)	(917)	740	(1.178)
Renegociações	(25.294)	(14.010)	23.137	(16.167)
	(40.784)	(53.925)	54.491	(40.218)

		Resultado		
Natureza	**Saldo em 2020**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2021**
Privado *(ii)*	(8.306)	(26.932)	20.749	(14.489)
Público	(1.378)	(1.145)	1.522	(1.001)
Renegociações	(26.547)	(11.777)	13.030	(25.294)
	(36.231)	(39.854)	35.301	(40.784)

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Resultado		
Natureza	**Baixas**	**Recuperações *(iii)***	**Total em 2022**
Privado *(ii)*	(30.735)	23.417	(7.318)
Público	(364)	1.575	1.211
Renegociações	(13.018)	9.082	(3.936)
	(44.117)	34.074	(10.043)

	Resultado		
Natureza	**Baixas**	**Recuperações *(iii)***	**Total em 2021**
Privado *(ii)*	(21.959)	20.547	(1.412)
Público	(946)	815	(131)
Renegociações	(6.821)	11.659	4.838
	(29.726)	33.021	3.295

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

7. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2022, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 2.711 (R$ 2.059 em 31 de dezembro de 2021).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Tertúlia Participações e Administração S.A. (“Tertúlia”) que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A que detêm 57% das ações que representam o capital social da Tertúlia.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2022	2021
Ativo circulante		
Aplicações financeiras		
Itaú Unibanco S.A.	11.506	12.649
Outros créditos partes relacionadas		
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	91	1.095
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	-	31
	91	1.126
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	9.316	3.417
	20.913	17.192
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	1.611	1.660
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	1.721	376
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	42	261
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	818	390
	4.192	2.687

7. Transações com partes relacionadas--Continuação

	2022	2021
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	33	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	264	-
	297	-
Debêntures		
Itaú Unibanco S.A. (f)	-	153.236
	4.489	155.923
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(19.296)	(19.525)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(1.779)	(3.101)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(6.786)	(2.328)
	(27.861)	(24.954)
Receitas Financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (e)	982	405
Despesas Financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (f)	(15.752)	(6.980)
	(42.631)	(31.529)

(a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.

(b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.

(c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.

(d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

(e) Refere-se aos rendimentos com aplicações financeiras.

(f) A rubrica compreende as seguintes transações: emissão de debêntures em posse da Itaú Unibanco S.A., despesas e juros incorridos sobre essas operações no resultado do exercício.

8. Ativo de contrato da concessão

	2022	2021
Ativo de contrato da concessão	55.904	26.440

	2021	2022		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	26.440	85.555	(56.091)	55.904

	2020	2021		
	Custo	Adições *(i)*	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	66.294	43.220	(83.074)	26.440

(i) Os juros sobre financiamentos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R$ 3.267 a uma taxa média de 12,57% a.a. (R$ 1.168 e 5,84% a.a em 31 de dezembro de 2021).

9. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

			2022			2021
Ativo	**Vida útil (em anos)**	**Taxa média anual**	**Custo**	**(-) Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(3.329)	7.088	7.504
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 42	4,7%	750.114	(306.924)	443.190	449.866
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 28	4,5%	192.378	(36.404)	155.974	152.245
Máquinas e equipamentos	de 05 a 28	5,9%	65.342	(23.232)	42.110	36.139
Outros componentes	de 10 a 24	6,6%	808	(130)	678	214
			1.019.059	(370.019)	649.040	645.968
Software						
Licença de uso de *Software*	03	33,3%	1.797	(1.035)	762	308
			1.797	(1.035)	762	308
			1.020.856	(371.054)	649.802	646.276

			2021			2020
Ativo	**Vida útil (em anos)**	**Taxa média anual**	**Custo**	**(-) Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	43	2,3%	10.417	(2.913)	7.504	7.920
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 42	4,7%	710.386	(260.520)	449.866	442.992
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 28	4,4%	182.613	(30.368)	152.245	126.366
Máquinas e equipamentos	de 05 a 28	5,7%	55.593	(19.454)	36.139	34.234
Outros componentes	de 10 a 24	6,6%	309	(95)	214	234
			959.318	(313.350)	645.968	611.746
Software						
Licença de uso de *Software*	03	33,3%	1.049	(741)	308	-
			1.049	(741)	308	-
			960.367	(314.091)	646.276	611.746

9. **Intangível**--Continuação

b) Movimentação do custo

Ativo	2021 Custo	2022 Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	10.417	-	-	-	10.417
Instalações técnicas de saneamento	710.386	31.371	(28)	8.385	750.114
Edificações de estações de tratamento	182.613	13.647	(11)	(3.871)	192.378
Máquinas e equipamentos	55.593	9.826	-	(77)	65.342
Outros componentes	309	499	-	-	808
	959.318	55.343	(39)	4.437	1.019.059
Software					
Licença de uso de *Software*	1.049	748	-	-	1.797
	1.049	748	-	-	1.797
	960.367	56.091	(39)	4.437	1.020.856

Ativo	2020 Custo	2021 Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	10.417	-	-	-	10.417
Instalações técnicas de saneamento	665.063	46.218	(334)	(561)	710.386
Edificações de estações de tratamento	150.829	33.911	(34)	(2.093)	182.613
Máquinas e equipamentos	50.351	2.588	-	2.654	55.593
Outros componentes	309	-	-	-	309
	876.969	82.717	(368)	-	959.318
Software					
Licença de uso de *Software*	692	357	-	-	1.049
	692	357	-	-	1.049
	877.661	83.074	(368)	-	960.367

9. **Intangível**--Continuação

c) Movimentação da amortização

	2021	2022		
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Transferências**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	(2.913)	(416)	-	(3.329)
Instalações técnicas de saneamento	(260.520)	(41.519)	(4.885)	(306.924)
Edificações de estações de tratamento	(30.368)	(6.463)	427	(36.404)
Máquinas e equipamentos	(19.454)	(3.799)	21	(23.232)
Outros componentes	(95)	(35)	-	(130)
	(313.350)	(52.232)	(4.437)	(370.019)
Software				
Licença de uso de *Software*	(741)	(294)	-	(1.035)
	(741)	(294)	-	(1.035)
	(314.091)	(52.526)	(4.437)	(371.054)

	2020	2021			
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	(2.497)	(416)	-	-	(2.913)
Instalações técnicas de saneamento	(222.071)	(38.498)	11	38	(260.520)
Edificações de estações de tratamento	(24.463)	(5.906)	1	-	(30.368)
Máquinas e equipamentos	(16.117)	(3.299)	-	(38)	(19.454)
Outros componentes	(75)	(20)	-	-	(95)
	(265.223)	(48.139)	12	-	(313.350)
Software					
Licença de uso de *Software*	(692)	(49)	-	-	(741)
	(692)	(49)	-	-	(741)
	(265.915)	(48.188)	12	-	(314.091)

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2022.

10. Fornecedores e empreiteiros

	2022	2021
Fornecedores de materiais e serviços	28.434	28.360
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa n° 7)	4.192	2.687
	32.626	31.047
Circulante	24.341	22.626
Não circulante	8.285	8.421

11. Financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2022	2021
Projeto BNDES	Pré 3,0% a.a. | SELIC + 3,13% a.a. | TJLP + de 2,75% a.a. a 3,44% a.a.	julho/2023 a novembro/2035	404.065	333.294	195.553	218.391
Debêntures	CDI + 0,65% a 2,80% a.a.	outubro/2023 a junho/2024	250.000	250.000	254.397	251.315
					449.950	469.706
Circulante					227.826	32.137
Não circulante					222.124	437.569

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – financiamentos

	2022
2024	15.447
2025	15.447
2026	15.447
2027	15.447
2028	15.181
2029 em diante	102.401
	179.370

Cronograma de amortização da dívida – debêntures

	2022
2024	50.000

	2022
Custo de captação (não circulante)	(7.246)
Total	222.124

11. Financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação das dívidas	2022	2021
Saldo inicial	469.706	567.545
(-) Pagamentos do principal	(30.659)	(103.845)
(-) Pagamentos de juros	(49.879)	(33.172)
Provisão de juros (nota explicativa nº 16)	54.991	35.326
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	3.267	1.168
Amortização do custo de captação do exercício	2.524	2.684
Saldo final	449.950	469.706

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R$ 9.666 (R$ 12.190 em 31 de dezembro de 2021).

a) Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

			Datas de pagamento	
Emissão	**Data de emissão**	**Valor da emissão**	**Principal**	**Juros**
4ª emissão	Junho/2019	100.000	2 parcelas - junho de 2023 e de 2024	Semestral da emissão
5ª emissão	Outubro/2020	150.000	Outubro/2023	Anual da emissão

b) Projetos BNDES

Entre janeiro de 2012 e novembro de 2015, a Companhia contratou financiamento, com a finalidade de investimentos para a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação no valor nominal total de R$ 404.065, dos quais R$ 333.294 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre julho de 2023 e novembro de 2035. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes da Companhia limitados ao valor mensal de R$ 6.272; (iii) os recursos mantidos em conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Companhia detidas pela Aegea.

11. Financiamentos e debêntures--Continuação

b) Projetos BNDES--Continuação

Em janeiro de 2022, foi totalmente liquidada pela Companhia as captações realizadas em janeiro de 2012 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no valor nominal total de R$ 57.621, conforme cronograma de amortização definido em contrato.

A Companhia mantém em seus financiamentos e debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2022.

12. Depósitos judiciais e provisões

A Companhia é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais que está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

	Depósitos judiciais		Provisões	
Natureza	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Cíveis	2.787	4.355	2.526	2.743
Trabalhistas	383	418	81	92
Tributários	27.206	20.918	6.899	10.483
Ambientais	77	-	805	1.238
	30.453	25.691	10.311	14.556

Movimentação das provisões

		Resultado				
Natureza	**2021**	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**2022**
Cíveis	2.743	5.439	(968)	(4.688)	-	2.526
Trabalhistas	92	560	(177)	(394)	-	81
Tributários	10.483	-	(3.472)	-	(112)	6.899
Ambientais	1.238	119	(552)	-	-	805
	14.556	6.118	(5.169)	(5.082)	(112)	10.311

12. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

Movimentação das provisões--Continuação

		Resultado					
Natureza	**2020**	**Adições**	**Reversões**	**Indenizações para desapropriações**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**2021**
Cível	2.012	3.009	(1.092)	736	(1.922)	-	2.743
Trabalhista	39	350	(156)	-	(141)	-	92
Tributária	10.276	-	-	-	-	207	10.483
Ambiental	1.790	-	(552)	-	-	-	1.238
	14.117	3.359	(1.800)	736	(2.063)	207	14.556

Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributários, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível e somavam o montante de R$ 13.258 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 12.445 em 31 de dezembro de 2021), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 totalizam R$ 5.909 (R$ 5.963 em 31 de dezembro de 2021). Os principais processos referem-se à:

- Ação cível nº 0005415-27.2019.8.19.0055 questiona a cobrança pela multiplicação de mínimos realizada pela Concessionária entre aos anos de 2010 a 2019. A sentença judicial julgou os pedidos procedentes determinando: (i) a regularização da forma de cobrança para ser observando o consumo medido pelo hidrômetro, (ii) o ressarcimento em dobro dos valores cobrados no período desde 5 anos da distribuição da ação, em 16/09/2019, com valor a ser apurado em liquidação de sentença, (iii) o pagamento de custas e honorários advocatícios. Ambas as partes apresentaram recurso de apelação, ainda pendente de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.540 (R$ 1.540 em 31 de dezembro de 2021).

12. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

a) Processos cíveis--Continuação

- Ação cível nº 1918/2019 processo administro referente aos autos de infração lavrados pela Secretaria de Meio Ambiente de Iguaba Grande pelas seguintes infrações: (i) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração, (ii) baixo funcionamento da centrífuga, (iii) tratamento UV que se encontra fora de operação e (iv) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração. A Concessionária apresentou defesa administrativa em 26/04/2019, os quais estão pendentes de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.150 (R$ 1.150 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2022, totalizam R$ 1.444 (R$ 1.330 em 31 de dezembro de 2021) e não possui nenhum processo individualmente significativo.

c) Processos tributários

A Companhia possui processos tributários que totalizam um montante de R$ 954 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 954 em 31 de dezembro de 2021) e não possui nenhum processo individualmente significativo.

d) Processos ambientais

A Companhia possui processos que totalizam um montante de R$ 4.951 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 4.198 em 31 de dezembro de 2021). Os principais processos referem-se à:

- Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a Companhia e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A Companhia instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Companhia no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.701 (R$ 1.948 em 31 de dezembro de 2021).

- Processo administrativo referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio (SEMASA) por suposto não atendimento aos parâmetros legais de tratamento de esgotamento identificado em coletas de efluentes bruto e tratado, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.500 (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2021).

12. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R$ 30.453 (R$ 25.691 em 31 de dezembro de 2021). O principal depósito judicial refere-se à:

- A Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R$ 26.809, atualizados até 31 de dezembro de 2022 (R$ 20.658 em 31 de dezembro de 2021) em ações judiciais questionando a alíquota de 25% de ICMS sobre serviços essenciais (energia elétrica e telecomunicações), e pleiteando a sua redução a 18%. O processo foi decidido favoravelmente a Companhia, com decisão transitada em julgado em setembro de 2022, e foi requerido o levantamento dos depósitos judiciais realizados. Aguarda-se manifestação da Fazenda Pública, para levantamento dos valores. Realizou depósitos judiciais (valor atualizado, em 31 de dezembro de 2022, R$ 26.809), para garantia de Processos movidos pela Companhia.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 28 de janeiro de 2021, a Aegea Saneamento e Participações S.A. transferiu a totalidade de sua participação na Companhia composta por 221.673.073 (duzentas e vinte e uma milhões, seiscentos e setenta e três mil e setenta e três) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal para sua controlada Tertúlia Participações e Administração S.A.

Em 10 de fevereiro de 2021 a acionista Tertúlia Participações e Administração S.A. aumentou o capital social da Companhia no montante de R$ 121.312, em moeda corrente, mediante emissão de 121.312.569 (cento e vinte e uma milhões, trezentos e doze mil, quinhentos e sessenta e nove) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalizando um capital social integralizado no montante de R$ 376.353 representado por 342.985.642 (trezentas e quarenta e duas milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os custos de transação incorridos na captação destes recursos totalizaram o montante de R$ 19.743 (R$ 13.030 líquido de impostos).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Tertúlia Participações e Administração S.A.	99,99%
Igarapé Participações S.A.	00,01%
	100,00%

13. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva estatutária

Do saldo restante do lucro líquido do exercício após a reserva legal e os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, até 1% será aplicado na constituição da reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivo de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social, conforme art. 194 da Lei 6.404/76.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	139.955	125.929
(-) Constituição da reserva legal	(6.998)	(6.296)
Lucro líquido ajustado	132.957	119.633
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	33.239	29.908
Dividendos e juros sobre capital próprio destinados no exercício		
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	82.430	37.796
Dividendos e juros sobre capital próprio destinados do resultado do exercício	44.646	85.000
	127.076	122.796

Em 29 de dezembro de 2022, a Companhia declarou e pagou o montante de R$ 127.076 à título de dividendos para a acionista Tertúlia Participações e Administração S.A.

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

14. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	505.608	443.078
Outros serviços indiretos de água	28.041	18.978
Outros serviços indiretos de esgoto	124	69
Receitas de construção - ativo intangível	85.555	43.220
Total receita bruta	619.328	505.345
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(15.305)	(9.937)
(-) Impostos sobre serviços	(47.958)	(41.827)
Total da receita operacional líquida	556.065	453.581

15. Custos e Despesas por natureza

	2022	2021
Pessoal	(25.391)	(22.282)
Conservação e manutenção	(6.307)	(4.223)
Serviços de terceiros	(37.496)	(38.823)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.820)	(2.874)
Amortização e depreciação	(53.958)	(49.273)
Custo de concessão	(2.127)	(1.987)
Custo de construção - ativo intangível	(85.555)	(43.220)
Energia elétrica	(23.744)	(22.418)
Reversão (Provisão) de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	566	(4.553)
(Baixa) Recuperação de títulos do contas a receber	(10.043)	3.295
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	(949)	(1.559)
Produtos químicos	(4.070)	(3.314)
Locação	(8.995)	(4.816)
Outros	(3.520)	(501)
	(264.409)	(196.548)
Custos dos serviços prestados	(201.769)	(149.656)
Despesas administrativas e gerais	(62.640)	(46.892)

16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras *(i)*	25.137	12.007
Juros e multa recebidos ou auferidos	2.507	705
Outras receitas financeiras	210	19
Receitas financeiras	27.854	12.731
Despesas		
Encargos sobre financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 11)	(54.991)	(35.326)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 6)	(4.884)	3.491
Descontos concedidos	(43.873)	(42.258)
Despesas e comissões bancárias	(2.706)	(2.572)
Outras despesas financeiras	(4.571)	(4.145)
Despesas financeiras	(111.025)	(80.810)
Resultado financeiro	(83.171)	(68.079)

(i) No saldo de 31 de dezembro de 2022 foi incorridos juros sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R$ 12.

17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está apresentada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	208.596	188.970
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(70.923)	(64.250)
Despesas indedutíveis	(144)	(400)
Baixa de títulos do contas a receber	-	274
Inovação tecnológica	171	467
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo	1.526	347
PAT	692	540
Outras diferenças permanentes	36	(19)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(70.546)	(62.637)
Diferido	1.904	(404)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(68.642)	(63.041)
Alíquota efetiva	33%	33%

17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	**2022**	**2021**
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(70.546)	(62.637)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(16.787)	(3.831)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(169)	(346)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	21.584	25.573
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(65.918)	(41.241)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	5.512	1.970
IRPJ e CSLL apurado sobre gastos com emissão de ações	-	6.713
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	-	(29)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.072	16.919
Total	21.584	25.573

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	**Resultado**	**2022**
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	13.867	(193)	13.674
Provisão para participação nos lucros	981	(34)	947
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	888	(224)	664
Ajuste a valor presente de clientes	2.878	1.661	4.539
Perda com clientes	361	(100)	261
Arrendamentos	16	8	24
Baixa por perda parcelamentos	41	41	82
Ativo fiscal diferido	19.032	1.159	20.191
Amortização de intangível *(i)*	(15.431)	785	(14.646)
Juros capitalizados	(16.876)	(228)	(17.104)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(3.458)	753	(2.705)
Baixa de títulos do contas a receber	(16.287)	(734)	(17.021)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(423)	169	(254)
Passivo fiscal diferido	(52.475)	745	(51.730)
Passivo fiscal diferido líquido	(33.443)	1.904	(31.539)

17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos--Continuação

	2020	Resultado	2021
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	12.319	1.548	13.867
Provisão para participação nos lucros	749	232	981
Provisão para demandas judiciais	1.060	(172)	888
Ajuste a valor presente de clientes	4.065	(1.187)	2.878
Perda com clientes	508	(147)	361
Arrendamentos	5	11	16
Baixa por perda parcelamentos	-	41	41
Ativo fiscal diferido	18.706	326	19.032
Amortização de intangível *(i)*	(16.216)	785	(15.431)
Juros capitalizados	(17.299)	423	(16.876)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(4.265)	807	(3.458)
Baixa de títulos do contas a receber	(13.491)	(2.796)	(16.287)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(474)	51	(423)
Passivo fiscal diferido	(51.745)	(730)	(52.475)
Passivo fiscal diferido líquido	(33.039)	(404)	(33.443)

(i) Conforme o artigo 69 da lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2022 R$ 2.308 (R$ 2.308 em 31 de dezembro de 2021).

18. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 40.218, representando aproximadamente 16,10% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2021, esta provisão era de R$ 40.784, representando aproximadamente 17,63% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2022	2021
Bancos conta movimento	4	4.747	7.606
Aplicações financeiras	5	98.329	163.472
Contas a receber de clientes	6	209.513	190.487
		312.589	361.565

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2022	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	32.626	32.626	24.341	8.285	-	-	-
Financiamentos e debêntures	449.950	583.420	273.461	81.323	26.776	25.674	176.186
Outras contas a pagar	3.341	3.229	2.872	168	129	60	-
	485.917	619.275	300.674	89.776	26.905	25.734	176.186

2021	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	31.047	31.047	22.626	8.421	-	-	-
Financiamentos e debêntures	469.706	638.915	75.547	266.989	79.121	25.277	191.981
Outras contas a pagar	2.947	3.014	2.575	142	120	117	60
	503.700	672.976	100.748	275.552	79.241	25.394	192.041

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

- Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2022	2021
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	98.329	163.472
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Financiamentos e debêntures	459.616	481.896
Outras contas a pagar	987	958
	460.603	482.854

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

Risco de mercado--Continuação

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			Taxa de juros	Cenários				
Exposição Patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**efetiva a.a. em 2022**	**I Provável**	**II 25%**	**III 50%**	**IV -25%**	**V -50%**
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	98.329	Variação do CDI	13,65%	13.422	16.778	20.133	10.067	6.711
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(255.482)	Variação do CDI	13,65%	(34.873)	(43.591)	(52.310)	(26.155)	(17.437)
Financiamento BNDES	(155.793)	Variação da TJLP	7,20%	(11.217)	(14.021)	(16.826)	(8.413)	(5.609)
Financiamento BNDES	(47.847)	Variação da Selic	13,65%	(6.531)	(8.164)	(9.797)	(4.898)	(3.266)
1 + 2 - Exposição líquida	(360.793)			(39.199)	(48.998)	(58.800)	(29.399)	(19.601)

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB de liquidez imediata.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2022	2021	2022	2021
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	4	Custo amortizado	Nível 2	4.761	7.626	4.761	7.626
Aplicações financeiras *(i)*	5	Custo amortizado	Nível 2	11.506	12.649	11.506	12.649
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	86.823	150.823	86.823	150.823
Contas a receber de clientes *(i)*	6	Custo amortizado	Nível 2	209.513	190.487	209.513	190.487
Total				312.603	361.585	312.603	361.585
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	10	Custo amortizado	Nível 2	32.626	31.047	32.626	31.047
Financiamentos e debêntures *(ii)*	11	Custo amortizado	Nível 2	449.950	469.706	479.637	489.735
Outras contas a pagar *(i)*		Custo amortizado	Nível 2	3.341	2.948	3.341	2.948
Total				485.917	503.701	515.604	523.730

(i) Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

(ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros era composta por:

	2022	2021
Danos materiais	111.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	332.896	263.428

20. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

	2022	2021
Resultado básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	139.955	125.929
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	342.986	329.691
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,41	0,38

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente da taxa de regulação equivalente a 0,5% do faturamento de serviços de abastecimento de água deduzidos dos impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Também possui o compromisso de repassar a taxa de utilização dos recursos hídricos que é cobrada dos usuários, em valor correspondente a 0,3793% sobre o valor de água faturado mensalmente.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão, em 2041, em R$ 848.379. Até 2022, 80% de coleta e tratamento de esgoto e 94% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (ii) a partir de 2023 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.

22. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.